

LIBERDADE DOS MEDIA EM CINZAS:

AMNESTY INTERNATIONAL

REPRESSÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM MOÇAMBIQUE

A Amnistia Internacional é um movimento global de mais de 7 milhões de pessoas que realiza campanhas por um mundo em que todos possam desfrutar de direitos humanos.

A nossa visão é que cada pessoa possa gozar todos os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e noutras normas internacionais de direitos humanos.

Somos independentes de qualquer governo, ideologia política, interesses económicos ou religião e somos financiados principalmente pelos nossos membros e por donativos do público.

© Amnesty International 2020
Excepto quando disposto em contrário, o conteúdo deste documento está licenciado sob uma licença Creative Commons (atribuição, uso não comercial, proibição de obras derivadas, internacional 4.0).
https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode
Para mais informação, por favor visite a página de autorizações no nosso website: www.amnesty.org
O material atribuído a outro titular de copyright que não a Amnistia Internacional não está sujeito à licença Creative Commons.
Publicado pela primeira vez em 2020
by Amnesty International Ltd
Peter Benenson House, 1 Easton Street
London WC1X 0DW, Reino Unido

Índice: AFR 41/2947/2020
Língua original: Inglês

amnesty.org

Foto da capa: *Equipamento da redação do Canal reduzido a cinzas, em Maputo, Moçambique.*
© Canal de Moçambique

AMNESTY INTERNATIONAL

INCÊNDIO NO *CANAL DE MOÇAMBIQUE*

O *Canal de Moçambique*, mais conhecido como *Canal*, é um semanário independente moçambicano que publica histórias de investigação de interesse público. Desde a sua criação, o Canal tem perseguido e investigado incansavelmente casos de enxerto e injustiça no serviço público e na vida política de tal forma que, nos corredores do poder, ganhou a reputação de ser o jornal da oposição.

No domingo, 23 de agosto de 2020, um grupo não identificado atacou as instalações do *Canal* na cidade do Maputo. Cerca das 20h00, o grupo arrombou a porta da frente do edifício onde fica situado o Canal, espalhou combustível no chão, mobiliário e equipamento e atirou um cocktail molotov. Segundo testemunhas, a explosão, que reduziu a cinzas o equipamento de escritório, mobiliário, ficheiros e arquivos, ouviu-se a vários quilómetros de distância. O ataque ocorreu quatro dias depois de o Canal ter publicado, em 19 de agosto, uma peça de investigação sobre aquilo que o jornal alegou ser um processo de concurso pouco ético envolvendo funcionários superiores do Ministério dos Recursos Minerais e Energia e membros das elites do partido no poder.

O Canal, que é um jornal independente, goza de uma ampla circulação e tem historicamente publicado artigos de investigação críticos em relação ao governo. Nos últimos meses, o Canal tem sofrido uma enorme pressão por parte do governo devido ao seu trabalho jornalístico. Após a publicação deste artigo, em 19 de agosto, indivíduos apoiantes do governo lançaram uma campanha virulenta nas redes sociais apelando para a extinção do Canal.

Em 31 de dezembro de 2019, o diretor editorial do Canal, Matias Guente, escapou a uma tentativa de rapto, em que três homens armados e não identificados tentaram forçá-lo a entrar no veículo que conduziam no bairro do Alto Maé, em Maputo, por detrás da base militar situada na Avenida 24 de Julho. No meio da refrega, os homens agrediram e feriram o Sr. Guente de tal forma que foi hospitalizado vários dias.

Em 18 de junho de 2020, o Ministério Público acusou o Sr. Guente e o Sr. Fernando Veloso (diretor executivo do Canal) de "violação de segredo de Estado" e de "conspiração contra o Estado". Estas acusações relacionavam-se com um artigo publicado em 11 de março de 2020 pelo Canal, que expunha um alegado contrato secreto e ilegal entre o Ministério da Defesa, o Ministério do Interior e as empresas de gás natural no distrito de Palma, na província de Cabo Delgado. Nos termos desse alegado contrato, estes dois ministérios ofereceriam serviços de segurança às empresas de gás natural mediante pagamento. Contudo, o Canal alegou que a conta bancária na qual as empresas de gás natural depositaram os pagamentos pertencia ao então ministro da Defesa e não ao Ministério da Defesa. O Canal também alegou que os soldados e agentes da polícia que forneceram serviços de segurança às empresas de gás natural não foram pagos, em contravenção do contrato secreto e ilegal celebrado entre as partes. O Canal apoiou as suas reivindicações num aparente contrato assinado entre os ministérios em questão e as empresas de gás.

Os efeitos cascatas deste ataque vão além da repressão da liberdade de expressão e da imprensa livre. O ataque tem numerosas implicações económicas e sociais. Como prestador legítimo de serviços de informação, o Canal é uma componente integrada do ecossistema socioeconómico nacional, proporcionando meios de subsistência a 15 pessoas, e adicionando valor socioeconómico a montante e a jusante nas suas cadeias de fornecimento e de valor. Com o seu trabalho, os trabalhadores e os colaboradores do Canal satisfazem as necessidades básicas para si, para as suas famílias e para o público, incluindo as necessidades de alimentação, água, energia, educação, habitação, saúde, transporte, informação, dentre outros. Além disso, com o seu imposto sobre o rendimento, os funcionários e os colaboradores do Canal fazem parte dos fluxos de receitas do governo. Este ataque contra o Canal é, portanto, uma ameaça multifacetada aos direitos humanos, incluindo o direito à liberdade de expressão, o direito à liberdade de imprensa, o direito à informação

e o direito ao trabalho, para não falar de sabotagem à cobrança de receitas governamentais necessárias para o financiamento de serviços públicos e projetos de desenvolvimento.



Posto de trabalho e arquivos queimados | © Canal de Moçambique



Monitor e teclado de computador queimados | ©Canal de Moçambique





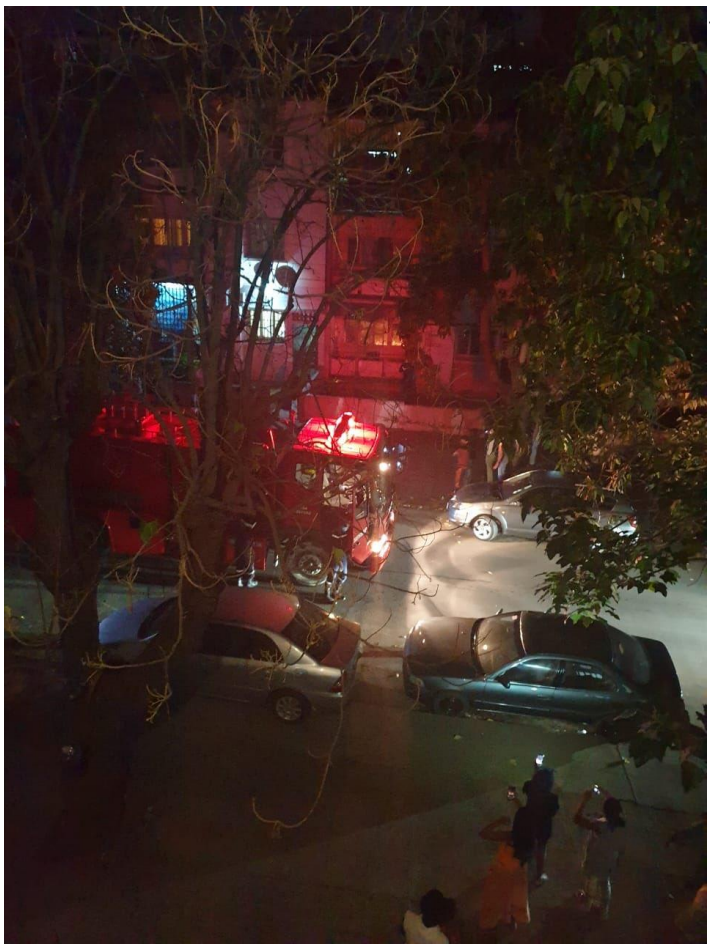
Posto de trabalho e arquivos queimados | © Canal de Moçambique



Posto de trabalho queimado | © Canal de Moçambique



Posto de trabalho e calculadora queimados | © Canal de Moçambique



Camião dos bombeiros fora das instalações do Canal em chamas | © Canal de Moçambique

ESTE ATAQUE É UM PONTO DE VIRAGEM

O ataque às instalações do Canal constitui um ponto de viragem na escalada dos atentados aos direitos humanos, nomeadamente os direitos de liberdade de expressão, informação e *media*. Até 23 de agosto de 2020, nenhum órgão de comunicação social tinha sido atacado desta maneira. Por mais de cinco anos, jornalistas, investigadores e formadores de opinião foram sujeitos a intimidação, perseguição, rapto, espancamento e execução extrajudicial.

PADRÃO DOS ATAQUES

No domingo do dia 23 de agosto de 2020, **Armando Nenane** foi preso pela polícia em Maputo, cerca das 17h00, em circunstâncias suspeitas, por alegadamente não cumprir os regulamentos da Covid-19. Várias semanas antes, o Sr. Nenane, jornalista de investigação, tinha ido ao banco depositar um valor de 50 meticais na conta bancária que tinha sido publicada no artigo do *Canal*, em 11 de março de 2020. O Sr. Nenane publicou o que parecia ser um talão de depósito bancário genuíno em que constava o montante depositado, o número da conta beneficiaria, e o nome do então ministro da Defesa como titular da conta. Após esta publicação, seguiu-se uma campanha nas redes sociais apelando para que fosse movida uma ação judicial contra o Sr. Nenane por "violação do segredo de Estado". O Sr. Nenane esteve sob custódia policial durante 24 horas na 9ª Esquadra de Polícia de Maputo. É pertinente realçar que esta não era a primeira vez em que a polícia violava os direitos do Sr. Nenane. Em 17 de maio de 2017, a polícia da intervenção rápida espancou severamente ao Nenane em Maputo pela sua opinião sobre o vulgo G40, um grupo alegadamente criado durante o

governo do ex-Presidente Guebuza para desacreditar os opositores do governo. Antes do espancamento, o Nenane tinha recebido ameaças de morte anónimas por telefone.

No dia 14 de agosto de 2020, numa conferência de imprensa na cidade de Pemba, capital de Cabo Delgado, o Presidente Filipe Nyusi disse ao país:

> **"Lamentar aqueles moçambicanos que, bem protegidos, levam o sofrimento daqueles que os protegem levemente – incluindo certos estrangeiros que optam livremente por viver em Moçambique, mas que, em nome camuflado dos direitos humanos, não respeitem o sacrifício daqueles que mantêm esta jovem pátria de pé, e garantem a sua estadia em Cabo Delgado e Moçambique em geral".**[1]

Esta declaração desencadeou uma onda devastadora de ataques nas redes sociais contra o bispo católico de Pemba, **D. Luiz Fernando Lisboa**, e o seu trabalho de defesa dos direitos humanos, tendo muitos utilizadores destes *media*, incluindo apoiantes do governo, acusado o bispo de se associar a terroristas e insurgentes. Por exemplo, em 16 de agosto, Egídio Vaz, um apoiante bem conhecido do governo, referiu-se ao bispo D. Luiz Lisboa na sua plataforma das redes sociais como "um criminoso [que] devia ser expulso de Moçambique". No mesmo dia, Gustavo Mavie, que foi recentemente nomeado pelo presidente para integrar o Comité Central de Ética Pública, apontou o bispo como um dos que criticam injustamente o governo de Nyusi e as forças de segurança.

A campanha para desacreditar e deslegitimar o trabalho do bispo D. Luiz Lisboa não é nova. Por exemplo, em novembro de 2019, *O Público*, um jornal local pró-governamental, publicou um artigo intitulado "Bispo semeia a ódio". Em 22 de junho de 2020, o mesmo jornal publicou um artigo em que acusava o bispo de rebelião contra o governo e de perturbação da ordem pública.

O bispo D. Luiz Lisboa é um cidadão brasileiro que vive em Moçambique há mais de 20 anos, e simpatizantes do partido no poder e do governo têm feito campanha para exigir a sua expulsão do país. Na ausência de cobertura mediática sobre o conflito armado, o bispo D. Luiz Lisboa está entre as poucas vozes credíveis, corajosas e respeitadas que têm denunciado as deploráveis condições humanitárias e de direitos humanos em que se encontram as pessoas apanhadas nas malhas da violência em Cabo Delgado. O clérigo é também uma das figuras mais visíveis que oferecem assistência humanitária aos deslocados internos em Pemba e Metuge. Num contexto de hostilidade governamental contra qualquer um que ouse reportar ou mencionar o conflito em Cabo Delgado, o discurso do bispo D. Luiz Lisboa sobre estas matérias não é bem visto pelo atual governo e seus simpatizantes.

Na quinta-feira, 25 de junho de 2020, a polícia prendeu e deteve o jornalista do diário on-line *Carta de Moçambique*, **Omardine Omar**. Na altura da sua prisão, o Sr. Omar estava a investigar as alegações de que a polícia estava a exigir subornos a cidadãos acusados de violar o estado de emergência no contexto da Covid-19. O Sr. Omar foi detido no bairro do Alto Maé, Avenida Emília Daússe, em Maputo. Segundo testemunhas, a polícia chegou, começou a agredi-lo e, quando perguntou para onde o iam levar, recusou-se a informá-lo. Uma vez na 7ª Esquadra da Polícia no Alto Maé, a polícia tentou coagir o Sr. Omar a assinar uma declaração de culpa. A declaração reivindicava que o Sr. Omar tinha sido encontrado na posse de uma lata de cerveja na altura da sua prisão. A polícia transferiu-o então para a Penitenciária Central, a aguardar o seu julgamento. No domingo, 28 de junho, o Sr. Omar foi libertado por ordem do Ministério Público. Contudo, na terça-feira, 30 de junho, a juíza Francisca António do tribunal de KaMpfumo, em Maputo, condenou o Sr. Omar a 15 dias de prisão ou a uma multa na moeda local equivalente a 200 dólares, por "desobediência civil".

Em 7 de abril de 2020, **Ibraimo Mbaruco**, jornalista e apresentador da Rádio Comunitária do distrito de Palma, foi vítima de desaparecimento forçado por ação de militares quando regressava do trabalho. A última vez que foi ouvido encontrava-se em perigo e enviou uma mensagem a um

[1] CDD, CDD condena ataques verbais contra o Bispo de Pemba e manifesta a sua solidariedade, 18 August 2020, https://cddmoz.org/cdd-condena-ataques-verbais-contra-o-bispo-de-pemba-e-manifesta-a-sua-solidariedade. "Mozambique News Reports & Clippings, number 499", 17 August 2020, bit.ly/mozamb.

colega, dizendo: "estou cercado de militares; estão a complicar-me". O distrito de Palma faz parte da zona de conflito armado na qual grupos armados, sob a capa de uma ideologia islâmica extremista, têm vindo a cometer violações de direitos humanos atrozes contra a população desde outubro de 2017.[2]

Amade Abubacar, jornalista de uma rádio comunitária, foi preso arbitrariamente em 5 de janeiro de 2019 por agentes da polícia no distrito de Macomia quando entrevistava civis deslocados internamente que tinham fugido das suas casas devido à intensificação de ataques violentos no norte da província de Cabo Delgado. No mesmo dia, foi transferido da custódia policial para detenção militar no distrito de Mueda, onde permaneceu em regime de isolamento durante 12 dias e onde foi alegadamente sujeito a tortura e outros maus-tratos. Amade Abubacar foi mantido em prisão preventiva durante mais de 90 dias antes de ser acusado formalmente. Enquanto esteve em prisão preventiva na prisão de Mieze, a 20km da cidade de Pemba, as autoridades prisionais negaram-lhe a visita de familiares. Em 18 de fevereiro de 2019, as forças de segurança prenderam e detiveram em regime de isolamento **Germano Adriano**, colega de Amade Abubacar, na prisão de Mieze. Em 23 de abril, foi concedida liberdade provisória ao Sr. Abubacar e ao Sr. Adriano, acusados dos crimes de "instigação pública a um crime de desobediência" com uso de "meios eletrónicos" e "injúria contra agentes da autoridade."[3]

Em 18 de janeiro de 2019, **Fátima Mimbire**, defensora dos direitos humanos e investigadora do Centro de Integridade Pública (CIP) na altura, recebeu mensagens intimidatórias e ameaças de morte nas redes sociais. Além disso, conhecidos militantes do partido no governo promoveram violência contra ela nas redes sociais, tendo a Alice Tomás, deputada, agitado aos 3 de maio de 2019 no Facebook para que a Fátima fosse "violada por 10 homens fortes e enérgicos para lhe dar uma lição". Os ataques tiveram início no mesmo dia em que o CIP lançou uma campanha contra a decisão do Governo moçambicano sobre o pagamento de mais de 2 biliões de dólares em dividas consideradas ocultas e ilegais. O CIP teria distribuído camisetes ao público com a mensagem "Eu não pago dívidas ocultas". De 21 a 24 de janeiro de 2019, a polícia cercou o escritório do CIP em Maputo e ordenou que as pessoas retirassem as camisetes que depois confiscavam. Também ordenaram à CIP que deixasse de distribuir as camisetes.[4]

Em 7 de outubro de 2019, quatro membros do grupo de operações especiais (GOE) da força de intervenção rápida (FIR) e um civil executaram publicamente o **Anastácio Matavele**, um observador eleitoral na cidade de Xai-Xai, província de Gaza, 200km ao norte de Maputo. Membro proeminente da sociedade civil, Matavele foi morto depois de ter aberto oficialmente o programa de capacitação de monitores eleitorais para a província de Gaza. Depois do assassinato, os assassinos puseram-se em do local do crime. No entanto, durante a fuga os assassinos envolveram-se num acidente tendo dois deles perdido a vida. O veículo em que os assassinos se punham em fuga, como se verificou, pertencia a Henrique Machava, o edil da cidade de Chibuto e líder sénior do partido FRELIMO na província de Gaza. Enquanto os sobreviventes assassinos foram detidos, julgados e condenados a 23 a 24 anos de prisão, aqueles que ordenaram a morte do Matavele permanecem em liberdade.

Em 27 de março de 2018, **Ericino de Salema**, advogado e jornalista, foi raptado por homens armados desconhecidos que o espancaram severamente, partindo-lhe os braços e as pernas. Antes do rapto, ele teria expressado uma visão crítica sobre o governo na televisão. Aos 23 de maio de 2016, **Jaime Macuane**, professor de ciência política e administração pública na Universidade Eduardo Mondlane, foi raptado e levado para uma área isolada nos arredores de Maputo, onde foi severamente espancado tendo contraído ferimentos graves nos braços e pernas. Antes do rapta, também teria tecido algumas críticas ao governo na televisão. Aos 2 de março de 2015, Gilles Cistac,

[2] Mozambique: Journalist forcibly disappeared: Ibraimo Abú Mbaruco, https://www.amnesty.org/download/Documents/AFR4121382020ENGLISH.pdf.
[3] Mozambique: Turn the page! A human rights manifesto for Mozambican political parties and candidates, October 2019 election, https://www.amnesty.org/download/Documents/AFR4110192019ENGLISH.PDF.
[4] Amnesty International, Mozambique: Turn the page! A human rights manifesto for Mozambican political parties and candidates, October 2019 election, https://www.amnesty.org/download/Documents/AFR4110192019ENGLISH.PDF.

advogado e professor de direito constitucional na Universidade Eduardo Mondlane, foi morto a tiro em plena luz do dia em Maputo, depois de ter divulgado publicamente a sua opinião sobre a Constituição da República de Moçambique.[5]

RECOMENDAÇÕES

Os direitos à liberdade de expressão e à imprensa livre estão consagrados na Constituição da República de Moçambique, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Carta Africana dos Direitos Humanos e Populares e no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. O Governo de Moçambique tem a obrigação nacional, regional e internacional de proteger, respeitar, promover e realizar estes direitos. Assim sendo, a Amnistia Internacional apela ao Governo de Moçambique no sentido de:

- Efetuar uma investigação imediata, completa, imparcial, independente e transparente aos ataques às instalações do Canal e a levar a tribunal os suspeitos da sua autoria.

- Efetuar investigações imediatas, minuciosas, imparciais, independentes e transparentes sobre todos os casos de ataques, desaparecimento forçado e morte de jornalistas, académicos e defensores dos direitos humanos e levar os responsáveis perante a justiça.

- Acabar com o atual clima de intimidação, perseguição, prisão e detenção arbitrária, desaparecimento forçado e execução extrajudicial de jornalistas, defensores dos direitos humanos, ativistas e os que estão simplesmente a exercer os seus direitos humanos e a expressar as suas opiniões sobre questões de interesse público.

- Garantir um ambiente seguro e favorável ao trabalho dos jornalistas, ativistas e defensores dos direitos humanos, incluindo o bispo D. Luiz Lisboa, para que possam desenvolver o seu vital trabalho em prol dos direitos humanos sem receio de ataques, intimidação e perseguição.

- Abster-se de assediar e intimidar as pessoas, nomeadamente membros de instituições religiosas, trabalhadores de organizações não governamentais e jornalistas.

- Respeitar e proteger plena e efetivamente os direitos humanos, nomeadamente os direitos de liberdade de expressão, acesso à informação e liberdade dos *media* para todos. Estes direitos encontram-se todos consagrados na Constituição da República de Moçambique e em tratados internacionais de direitos humanos, incluindo o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, de que Moçambique é Estado signatário.

[5] Ibid.

A AMNISTIA INTERNACIONAL É UM MOVIMENTO GLOBAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. QUANDO A INJUSTIÇA ACONTECE A UMA PESSOA, É UMA AFRONTA PARA TODOS NÓS.

CONTACTE-NOS

info@amnesty.org

+44 (0)20 7413 5500

JUNTE-SE À CONVERSA

www.facebook.com/AmnestyGlobal

@Amnesty

LIBERDADE DOS *MEDIA* EM CINZAS

REPRESSÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM MOÇAMBIQUE

O *Canal de Moçambique* é um semanário moçambicano independente que publica artigos de investigação sobre questões de interesse público. Desde a sua fundação, o *Canal* tem incansavelmente acompanhado e investigado casos de corrupção e injustiça nos serviços públicos e na vida política, de tal forma que, nos corredores do poder, ganhou a reputação de ser o jornal da oposição. Este contexto está subjacente à tragédia de domingo, 23 de agosto de 2020, quando um grupo de homens não identificados atacou as instalações deste órgão de comunicação social. Cerca das 20h00, o grupo arrombou a porta da frente dos escritórios do *Canal*, espalhou combustível no chão, mobiliário e equipamento e atirou um cocktail molotov. Até 23 de agosto de 2020, nenhum órgão de comunicação social tinha jamais sido atacado desta maneira. Este ataque constitui um ponto de viragem na escalada dos atentados aos direitos humanos, nomeadamente os direitos de liberdade de expressão, informação e *media*. Por mais de cinco anos, jornalistas, investigadores e formadores de opinião têm sido sujeitos a intimidação, perseguição, rapto, espancamento e execução extrajudicial.

ÍNDICE: AFR 41/2947/2020
AGOSTO 2020
LÍNGUA: INGLÊS
amnesty.org

AMNESTY INTERNATIONAL